

Medida Provisória nº 1031, de 2021

Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA Nº

Art. 1º Dê-se ao inciso IV do caput do art. 3º e ao inciso V do art. 9º da Medida Provisória nº 1031/21 a seguinte redação:

“Art. 3º

.....:

“IV - manutenção do pagamento das contribuições associativas ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - Cepel pelo prazo de 04 (quatro) anos, contados a partir da desestatização e vinculação da Eletrobras e suas subsidiárias ao Cepel, durante o prazo da nova concessão de geração de energia elétrica de que trata o art. 2º, desta Lei, assegurando-lhe neste período aportes de recursos não inferiores à obrigação legal de investimento em pesquisa e desenvolvimento, sendo aplicável para esse fim o disposto no § 3º do artigo 4º da Lei 9991/2000.”

.....

“Art. 9º

.....

V - apoiar o desenvolvimento em pesquisa, inovação, qualificação e capacitação no setor de energia elétrica, e o incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao Setor, por meio de contribuições institucionais e/ou aporte de recursos para a desenvolvimento, suporte e progresso do objeto estatutário do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel.

.....”



Art. 2º Fica adicionado o artigo 12-A à Medida Provisória nº 1031/21, com a seguinte redação:

“Art. 12-A Ficam mantidos o objeto e as finalidades do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel, que passa a denominar-se Centro Nacional de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel, associação civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, colaborador institucional do Setor Elétrico Nacional no desenvolvimento de pesquisas, inovação, qualificação e capacitação nas áreas de otimização, planejamento e operação, eficiência e segurança energética, energia renovável, desenvolvimento tecnológico, ensaios, serviços tecnológicos, ficando o Poder Executivo autorizado a qualificar o Cepel como Organização Social e celebrar um contrato de gestão específico.

§ 1º Os titulares de concessão, permissão, e autorização de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica poderão integrar o quadro associativo do CEPEL.

§ 2º Cabe ao Cepel a execução do programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento das ferramentas computacionais de suporte ao planejamento e operação eletroenergética relacionadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN através das diretrizes estabelecidas pela Comissão Permanente para análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP, devendo o programa ser adequadamente financiado nos custos do desenvolvimento e aperfeiçoamento pelos agentes do setor elétrico, podendo ser aplicável para esse fim o mecanismo disposto no §3º do artigo 4º da Lei 9.991/2000.”

Justificação

O Centro de Pesquisa de Energia Elétrica foi criado em 1975, por ação do Ministério de Minas Energia. A iniciativa estava alinhada com a visão estratégica de um país em “busca de soluções para o problema crucial de criar as bases de um processo de desenvolvimento tecnológico capaz de adquirir, progressivamente, força criadora e energia suficiente para atingir e manter relativa autonomia”, nas palavras do titular do MME na época, o Ministro Antônio Dias Leite Jr, que recebeu a chancela do Presidente da República, a época.



Coerentemente com os objetivos das Empresas Eletrobras no período, a atuação do Cepel foi concebida para atender não apenas às necessidades tecnológicas específicas dessas empresas, mas, em especial, para buscar respostas para os grandes problemas do setor elétrico nacional, desenvolvendo soluções estruturantes e voltadas para as etapas finalísticas da cadeia de inovação.

Por sua abrangência, os beneficiários da sua atuação transcendem o Sistema Eletrobras. Suas atividades atingem todas as camadas setoriais do Sistema Elétrico Nacional, quais sejam, governo (MME, EPE, ANEEL), sistêmicas (SIN, ONS e CCEE), Concessionárias do Setor, Fabricantes de equipamentos, micro redes, academia e, principalmente, a Sociedade.

Ao longo da sua trajetória, o Centro se destaca pela capacidade de transformar ciência em produtos largamente utilizados pelo setor, com grande importância estratégica, e que influenciaram e foram influenciados pela evolução do Sistema Interligado Nacional.

Como exemplo, pode-se destacar o desenvolvimento pelo Cepel de um conjunto de ferramentas computacionais que desempenham um papel fundamental no planejamento e operação do Sistema Interligado Nacional. A operação interligada gera uma economia de cerca de 22% quando comparada a uma alternativa não interligada, viabilizando o uso ótimo e múltiplo dos recursos hídricos, proporcionando segurança elétrica e energética, e ao mesmo tempo minimizando os impactos ambientais e os custos de geração e operação. Tal resultado dificilmente seria possível com o uso de ferramentas similares, desenvolvidas no exterior, mas que não trazem as adaptações necessárias ao tratamento das particularidades únicas do Sistema Interligado Nacional.

Assim, como colaborador institucionalizado do Sistema Elétrico Nacional, a atividade do CEPEL o coloca numa posição, não de mero prestador de serviço, mas como exercente de papel de interesse do Estado Brasileiro e da Sociedade. Destarte, a razão de ser do CEPEL, sob a inspiração da mencionada Exposição de Motivos, e que recebeu a chancela da Chefia da Nação, é contar o Brasil com um CENTRO DE EXCELÊNCIA - com independência técnica e isenção, em matéria de pesquisa e desenvolvimento, no próprio núcleo do Setor Elétrico Nacional. É instituição especializada, fundamental para esse setor estratégico, como polo irradiador de conhecimento e soluções.



Nesse sentido, é preciso criar diferentes mecanismos legais de relacionamento entre o Cepel, o mercado, o Estado e a Sociedade para que o Cepel busque sua independência financeira da Eletrobras e mantenha o desenvolvimento da pesquisa e inovação no setor elétrico.

A presente emenda está em consonância com o mandamento constitucional (art. 218) de obrigatoriedade da promoção e do incentivo, pelo Estado, do desenvolvimento científico, da pesquisa e da capacitação tecnológicas, com tratamento prioritário estatal, objetivando o bem público e o progresso das ciências (§ 1º). O desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação se dão, preponderantemente, na direção da solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional (§ 2º). Por esses motivos, solicitamos o apoio dos nobres pares para o apoio desta Emenda.

Sala das sessões em de 2021.

Deputado Alessandro Molon (PSB/RJ)

